PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 2021.

Institui o Código Eleitoral.

EMENDA.

Art. 1º. Dê-se ao artigo 187 do projeto de lei complementar nº 112, de 2021 (Código Eleitoral) a seguinte redação:

- "Art. 187. A identificação numérica dos candidatos se dará mediante a observação dos seguintes critérios:
- I os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número identificador do partido ao qual estiverem filiados e os votos em legenda partidaria, em qualquer partido da coligação que não for o do candidato, será contado para o candidato escolhido da referida coligação;
- II os candidatos à Câmara dos Deputados concorrerão com o número do partido ao qual estiverem filiados, acrescido de dois algarismos à direita;
- III os candidatos às Assembléias Legislativas e à Câmara Distrital concorrerão com o número do partido ao qual estiverem filiados acrescido de três algarismos à direita;
- IV o Tribunal Superior Eleitoral baixará resolução sobre a numeração dos candidatos concorrentes às eleições municipais.
- § Iº. Aos partidos fica assegurado o direito de manter os números atribuídos à sua legenda na eleição anterior, e aos candidatos, nesta hipótese, o direito de manter os números que lhes foram atribuídos na eleição anterior para o mesmo cargo.
- § 2º Aos detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital, ou de Vereador, e aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso, é permitido requerer novo número ao órgão de





direção de seu partido, independentemente do sorteio a que se refere o inciso I, do art. 188 deste Código Eleitoral.

§ 3º Os candidatos de coligações, nas eleições majoritárias, serão registrados com o número de legenda do respectivo partido e, nas eleições proporcionais, com o número de legenda do respectivo partido acrescido do número que lhes couber, observado o disposto no parágrafo anterior. "

Justificação

Nas eleições majoritárias, é permitida a coligação, que pode ser explicada como a formalização de um consórcio de partidos em torno de uma candidatura. Os partidos coligados que não são do candidato escolhido pela regra atual não podem divulgar seu número partidário para a escolha do candidato, prejudicando o fortalecimento da participação política e partidária. Os partidos políticos têm como função configurar-se como instrumento para expressão das reivindicações e necessidades dos grupos sociais e também de viabilizar a participação das massas nas decisões políticas. A limitação da numeração no voto majoritário - restrita ao número da legenda do candidato dentro de uma coligação- enfraquece a discussão da verdadeira existência partidária.

Uma democracia forte se faz com partidos fortes. Quando vários partidos coligam para uma aliança majoritária é fundamental que um partido possa divulgar seu próprio número e o seu próprio projeto e, ao mesmo tempo, que possa defender o voto no candidato que ele está coligado. Mas isso, a partir do seu próprio número e identidade, explicando, de maneira transparente e aberta, por que um partido está coligado com o outro.

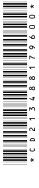
Esta emenda visa modernizar a escolha majoritária, permitindo uma maior participação das legendas participantes de uma coligação, fortalecendo o debate das intenções e das ideias que proporcionaram a formação da mesma. Os partidos políticos aproximariam suas identidades do eleitor e a medida contribuiria para fazer com que haja mais transparência e identificação programática entre as agremiações coligadas.

Sala das Sessões, em de setembro de 2021.



Bohn Gass Deputado Federal - PT/RS

Reginaldo Lopes Deputado Federal - PT/MG





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Bohn Gass)

Altera o PLP 112/2021.

Assinaram eletronicamente o documento CD213488179600, nesta ordem:

- 1 Dep. Bohn Gass (PT/RS) LÍDER do PT *-(p_7800)
- 2 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) LÍDER do PDT
- 3 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) LÍDER do PSB *-(P_7204)



^{*} Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.